



PREFEITURA DE
ITAPETININGA
ORGANIZADA E FOCADA NO PROGRESSO

- 2) Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a Organização da Sociedade Civil formalizar promessa de transferência da propriedade a entidade congênere, na hipótese da extinção da parceria;
- 3) Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão a critério da Secretaria de Promoção Social, serem doados quando, após a consecução do objeto não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no presente termo e na legislação vigente;
- 4) A Organização da Sociedade Civil deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para entidade congênere, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da notificação da dissolução;
- 5) Na hipótese de dissolução da Organização da Sociedade Civil durante a vigência do presente Termo de Colaboração, os bens remanescentes deverão ser retirados por entidades congêneres, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da notificação da dissolução.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 1) A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas;
- 2) A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração/Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:
 - I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - III. Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
 - IV. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- 3) A execução também será acompanhada pela Comissão de Monitoramento, designada pela Secretaria de Promoção Social;
- 4) A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC;
- 5) O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:
 - I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;